

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.746 - ES (2019/0304720-2)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : FREDERICO VILELA VICENTINI**  
**ADVOGADO : FREDERICO VILELA VICENTINI - ES024737**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PACIENTE : VIKTOR HENRIQUE DE LIMA LOPES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de VIKTOR HENRIQUE DE LIMA LOPES, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0029224-40.2014.8.08.0048.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente e, submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, restou condenado à pena de 21 anos de prisão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, I e IV; e 121 § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal (homicídio qualificado consumado e homicídio qualificado tentado), e absolvido quanto à acusação do crime tipificado no art. 244-B, §2º, da Lei 8.069/1990 (corrupção de menores qualificada), tendo o Juiz sentenciante mantido a custódia antecipada do réu (fls. 34/39).

Em apelação, o Tribunal de origem deu parcial provimento aos recursos da acusação e da defesa, para determinar a submissão ora paciente a novo júri, ante a ocorrência de decisão manifestamente contrária às provas dos autos, em relação ao homicídio tentado e à corrupção de menores (fls. 15/26).

Irresignada com os honorários advocatícios fixados, bem como com o fato de não ter sido revogada a prisão preventiva do réu, a defesa opôs embargos de declaração, que foram parcialmente providos para suprir a omissão, em acórdão assim ementado:

***EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APELAÇÃO CRIMINAL - OMISSÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO DEFENSOR DATIVO - PRISÃO PREVENTIVA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.***

***1. Para fins de fixação dos honorários do defensor dativo, a utilização da tabela organizada pela classe não pode levar ao estabelecimento de valores incompatíveis com o efetivo trabalho desenvolvido pelo advogado, sob pena de enriquecimento sem causa do***

# Superior Tribunal de Justiça

*advogado às custas do Estado. aplicação tanto da tabela quanto, analogicamente, o artigo 85, §2º, do NCPC.*

*2. A anulação do julgamento do Júri, por si só, não justifica a revogação da prisão cautelar, mormente quando restam evidenciados os requisitos do art. 312 do CPP.*

*3. Recurso parcialmente provido (fls. 29).*

No presente *writ*, o impetrante sustenta que o paciente está preso desde 24/2/2015, sem que haja condenação definitiva. Destaca, portanto, a existência de excesso de prazo na custódia, o qual será agravado em razão da determinação da realização de novo júri, razão pela qual deve ser relaxada a prisão do paciente.

Pondera que a prisão processual foi mantida em decisão carente de fundamentação idônea e com base em indicação abstrata da presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP. Assevera não estarem presentes os requisitos autorizadores da custódia antecipada.

Indica a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do CPP.

Destaca ser inadmissível que esta Superior Tribunal de Justiça, ao analisar a presente impetração, supra a fundamentação da prisão preventiva, não utilizada na origem.

Pugna, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Requer a intimação da defesa para a realização de sustentação oral.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do

# *Superior Tribunal de Justiça*

órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, notadamente quanto ao andamento da ação penal e da situação processual e prisional do ora paciente, inclusive com o envio da decisão que decretou sua prisão preventiva e da pronúncia. Os informes deverão ser prestados, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator